

DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E DOCENTE NA CRIAÇÃO DE UMA CULTURA INCLUSIVA PARA O ENSINO BÁSICO.

THE CHALLENGES OF PEDAGOGICAL AND TEACHING PRACTICE IN CREATING AN INCLUSIVE CULTURE FOR PRIMARY EDUCATION.

Karen Thayane Grangeiro Farias ¹

Rosiane de Oliveira da Fonseca Santos ²

Resumo: O ensino especial é uma temática que frequentemente vem sofrendo mudanças no cenário educacional, sob elas destaca-se os desafios e dificuldades da prática pedagógica e docente na implementação de uma cultura inclusiva. Neste contexto, o presente artigo busca reconhecer, identificar e discutir as possíveis soluções para a problemática em questão, considerando a perspectiva dos profissionais, que estão imersos nesses espaços e que vivenciam cotidianamente esta realidade de perto. A justificativa para tal, foi de observar na educação básica a necessidade de se trabalhar sob um viés integrativo e social, fazendo com que a criança com deficiência se sinta parte do processo educacional. A pesquisa se desenvolveu através da abordagem quali-quantitativa e descritiva, sob coleta de caracterização da escola e questionário semiestruturado, realizado com treze professores atuantes da sala regular, de uma escola de ensino público localizado no município de São Miguel do Guamá/PA. Através do estudo pôde-se extrair bons resultados, enfatizando a importância da formação continuada, a utilização de novas metodologias e adaptação das práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos com deficiência, promovendo assim uma abordagem colaborativa e multifacetada, na implementação de uma cultura inclusiva no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Ensino; Prática pedagógica.

Abstract: The classroom is a space that has been undergoing frequent changes in the educational landscape. The challenges and difficulties of pedagogical and teaching practice in the implementation of an inclusive culture. In this context, this article seeks to recognize, identify and discuss possible solutions to the problem considering the perspective of the professionals who are immersed in these spaces and who experience this reality up close on a daily basis. The justification for this was to observe in basic education the need to work from an integrative and social perspective. An integrative and social approach, making children with disabilities feel part of the educational process. For this reason, the research was carried out through a qualitative-quantitative and descriptive approach, with the collection of characterization of the school and a semi-structured questionnaire, carried out with thirteen regular classroom teachers from a public school of

¹Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Pará (UEPA). Especialista em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: kthayane_farias@gmail.com

²Mestre em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (IFF). Professora na Secretaria do Estado de Educação do Rio de Janeiro. Tutora Presencial Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e Tutora a Distância na Universidade Federal Rural do Semi Árido (UFERSA). Email: rosianefonseca@id.uff.br

located in the municipality of São Miguel do Guamá/PA. The study results, emphasizing the importance of continuing education, the use of new methodologies and adapting teaching practices to meet the needs of students with disabilities, promoting the needs of students with disabilities, thus promoting a collaborative and multifaceted approach to implementing an inclusive culture in the school environment.

Key words: Inclusive education; Teaching; Pedagogical practice.

INTRODUÇÃO

A educação básica é considerada um direito universal, responsabilidade tanto do Estado quanto da família, sendo fomentada e encorajada em conjunto com a comunidade, visando o crescimento pessoal, a preparação para o exercício da cidadania e a capacitação para o mercado de trabalho. Levando em consideração a diversidade, as características e singularidades de cada indivíduo, tratando de valores como liberdade, tolerância, pluralidade e equidade (Silva; Carvalho, 2017).

Nos últimos anos, o Brasil tem sido cenário de muitos debates teóricos em torno dos estudantes com necessidades especiais, destacando-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), e as Orientações Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que asseguram que os processos formativos devem se desenvolver na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos e organizações sociais e culturais, buscando integrar a pessoa portadora de deficiência nestes espaços.

Para Silva e colaboradores (2016), o conceito de educação inclusiva desequilibra as vertentes da escola tradicional, propondo que o cotidiano escolar seja vivenciado não apenas por professores e estudantes, mas também pela comunidade escolar. A partir daí, a educação é enxergada como um processo cooperativo e de constante construção, implicando na adoção de novas metodologias, crenças, posturas e uma formação continuada por meio de conhecimentos pedagógicos que respeitem a cultura de inclusão.

A Educação Especial no contexto de uma sociedade inclusiva, promove uma escola inclusiva onde os estudantes são ouvidos, acolhidos e respeitados, sua participação é incentivada e valorizada. Se reconhece as singularidades e as escolas são espaços dinâmicos e potencializadores de aprendizagem.

A declaração de Salamanca (1994), afirma que “as escolas devem receber todas as crianças independentemente de suas condições econômicas, sociais, físicas, intelectuais,

emocionais ou linguísticas”. Por isto, pensar em uma escola inclusiva é, pensar em um ambiente ao qual leve em consideração as particularidades, necessidades e dificuldades de cada aluno, utilizando recursos e metodologias que proporcionem o seu pleno aprendizado e desenvolvimento.

Segundo a resolução nº 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, estabelece que a educação especial deve ser um método educativo determinado sob uma proposta pedagógica, assegurando recursos e serviços educativos especializados, organizados institucionalmente para auxiliar e complementar a aprendizagem dos estudantes em todas as etapas educacionais. Prevendo atendimento e inclusão a sala regular, acessibilidade, apoio pedagógico e integração com a família e a comunidade.

Os documentos que regem a educação básica e especial devem complementar as articulações e estratégias a serem adotadas no ambiente escolar, promovendo novas práticas baseadas na transformação de valores, incorporados de forma abrangente em todas as disciplinas, requerendo uma abordagem pedagógica renovada por parte dos docentes, buscando reconhecer e atender as necessidades e o potencial de cada aluno (Pimentel; Nascimento, 2016).

A promoção das possibilidades de permanência e aprendizado de todos os alunos, levando em consideração a diversidade de suas necessidades individuais, trouxe consigo novos obstáculos e exigiu diferentes abordagens dentro da sala de aula. Durante esse processo, revela-se a necessidade de reconfigurar o ambiente das salas de aula, especialmente em relação às estratégias pedagógicas e métodos de ensino adotados pelos professores da educação regular, uma vez que é nesse cenário que a maioria dos trajetos educacionais dos alunos são traçados (Lavarda; König; Bridi, 2022).

Para Dias, Ferraz e Silva (2021), a prática de ensinar é o pilar fundamental para uma educação de excelência e para a formação efetiva do aluno, levando em consideração os aspectos sociais e culturais que podem ser explorados durante uma aula. A forma como o docente conduz, estimula, e contextualiza o conteúdo, podem levar a resultados favoráveis ou desfavoráveis no processo de ensino-aprendizagem. O desenvolvimento de uma cultura inclusiva por parte dos professores e de suas práticas pedagógicas, são essenciais para o processo de integração, empatia, respeito e promoção de diversidade no ambiente escolar, reforçando assim, a importância das diretrizes e responsabilidades legais sob os princípios e bases estabelecidos pela Educação Inclusiva.

Compreende-se que a prática docente e pedagógica perpassa por vários contextos, relações e processos que são necessários para desenvolver um ensino aprendizagem significativo para o estudantes com necessidades especiais. Levando em consideração, a realidade do ensino público e o contexto ao qual a escola se encontra, a pesquisa traz como seguinte problematização, quais seriam os obstáculos presentes no ambiente escolar, que dificultam o desenvolvimento das atividades docentes e pedagógicas na criação de uma cultura inclusiva?

A justificativa para tal, foi de observar na educação as dificuldades e obstáculos enfrentados pelos professores no desenvolvimento de práticas e atividades pedagógicas que levem em consideração as singularidades e a integração das crianças com necessidades especiais.

Portanto, este trabalho buscou verificar quais os problemas pedagógicos, estruturais e de formação que interferem na implementação de um ensino inclusivo em sala de aula, compreendendo as relações e perspectivas dos professores em torno do modelo de ensino praticado atualmente. A pesquisa possuiu como amostra, treze docentes atuantes da rede pública de uma escola de ensino fundamental, localizada no Município de São Miguel do Guamá/PA.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A Pesquisa se configura de cunho quali-quantitativa e descritiva, buscando estudar e descrever características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada. Se estabelecendo sob aplicação e avaliação de campo. Para Barros e Lehfeld (2000) por meio de pesquisas descritivas, procura-se descobrir com que frequência um fenômeno ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações e conexões.

De outro modo, destaca-se também a relevância da abordagem quali-quantitativa, especialmente no ambiente escolar, uma vez que compreender os processos educacionais requer a análise das interações sociais, dos comportamentos explícitos e implícitos, e entre outros aspectos, no cotidiano das escolas.

Para Rodrigues, Firmino e Faria (2019), este tipo de pesquisa permite analisar as práticas educacionais, viabilizar as ações pedagógicas, compreender a dinâmica entre professores e alunos, como o ensino ocorre e como a aprendizagem se aplica nas interações, na formação e no exercício docente. Diante disto, considerando que o planejamento pedagógico, a má estruturação e a falta de formação continuada seja uma das principais dificuldades que impedem o desenvolvimento de novas metodologias e de práticas

colaborativas. A presente pesquisa possui como pressuposto refletir sobre a educação inclusiva a partir do contexto escolar e suas relações sociais e pedagógicas.

Por esta razão, foi realizado um questionário semiestruturado através de dez perguntas abertas e fechadas, com treze professores atuantes da sala regular, de uma escola pública de ensino fundamental, localizada em uma zona periférica no Município de São Miguel do Guamá/PA.

A pesquisa se estabeleceu assim, sob algumas etapas básicas: 1) Observação e caracterização da escola pesquisada; 2) questionário semiestruturado (Quadro 1); 3) referencial teórico complementar. Utilizou-se como instrumento de análise, o método descritivo, segundo os pressupostos de Gil (1999), sob coleta, organização e sumarização dos dados. Assim, os professores foram nomeados de P1 a P13, para preservação da identidade e uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

Quadro 1: Questionário (perguntas abertas e fechadas)

Questionário semiestruturado
1) Com quais anos do Ensino Fundamental você trabalha? 2) Há quanto tempo você atua como professor de sala regular ou do AEE? 3) Com quantos alunos com necessidades especiais você trabalha? 4) Com quais tipos de deficiência você trabalha em sala de aula ou na sala do AEE? Se tiver mais de uma, indique. 5) Nos últimos 6 meses, você participou de qualquer um dos seguintes tipos de atividades de desenvolvimento profissional? 6) Você enquanto professor formador do conhecimento ou professor do AEE, acredita que o planejamento pedagógico e escolar supre as necessidades de todos os alunos? Explique 7) A falta de acessibilidade, ausência de recursos e subsídios necessários para o desenvolvimento das atividades, se tornam uma dificuldade frente a prática de inclusão no ambiente escolar? Porque? 8) Atualmente, quais desafios vocês enfrentam ao lecionar, elaborar, organizar ou produzir recursos pedagógicos para crianças com necessidades especiais? 9) Quais metodologias, que levem em consideração a inclusão da criança com deficiência, você tem buscado para ensinar os conteúdos pedagógicos? 10) Quais soluções você acredita serem necessárias na prática pedagógica e docente, para possibilitar um ensino mais inclusivo e acessível?

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A escola pesquisada é de domínio público, localizada no município de São Miguel do Guamá/PA, em uma região periférica, cerca de 1 km próximo a um lixão de céu aberto, em

arredores que possuem saneamento básico precário, ruas sem calçamento e casas com má estruturação. Na instituição funciona apenas as etapas de formação de ensino fundamental I, abrigando aproximadamente 421 alunos, sendo 7% destes com necessidades especiais, advindos do ambiente de desigualdade social. Segundo o Censo escolar (2023), realizado pelo Inep, apenas 1% dos pais possuem ensino superior completo, e somente 33% deles costumam frequentar a escola para saber sobre o desenvolvimento do seu filho.

Em 1981 a escola foi inaugurada para atender as demandas da população urbana que viviam próximo a localidade. Em 2015, passou por uma reconstrução em nível estrutural para ampliar e melhorar o processo educacional da instituição. Mas, somente em 2022 a mesma passou por uma reforma, respeitando as demandas atuais de inclusão, acessibilidade, respeito e conforto ambiental.

Nesse sentido, atualmente o espaço conta com rampas de acesso, corrimão, banheiros acessíveis para uso de pessoas com deficiência, área verde, pátio, biblioteca, sala de leitura, cozinha, almoxarifado, refeitório, salas de aulas climatizadas, sala dos professores, diretoria, secretaria, e sala de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola é um espaço acolhedor, de acesso ao conhecimento e desenvolvimento de competências e habilidades. É no cotidiano escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais, possuem acesso aos conteúdos curriculares, os quais devem ser desenvolvidos de forma a efetivar a aprendizagem. Para que este objetivo seja alcançado, a escola precisa ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica e docente resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem do aluno, independentemente de sua religião, etnia, condição física, social ou qualquer outro aspecto. Pensar em uma escola inclusiva é, pensar na garantia a qualidade de ensino educacional, reconhecendo e respeitando a pluralidade, elencando as potencialidades e necessidades (Aranha, 2004).

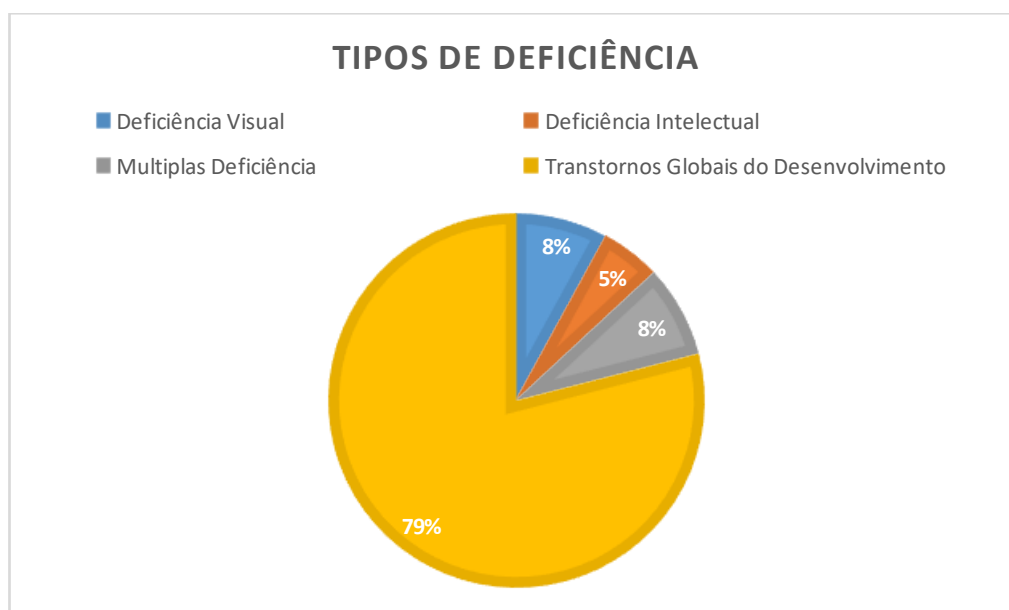
Para Souza (2017), as ações de inclusão na escola devem perpassar por seis conceitos básicos e essenciais para o dinamismo da aprendizagem e interação no ensino, sendo: conhecer o aluno em sua totalidade, a formação profissional, integração efetiva entre o professor da sala do AEE e do ensino regular, atendimento na sala de recurso multifuncional, uso da tecnologia dentro da escola e colaboração da família e comunidade.

Atualmente, tem crescido o número de matrículas de crianças com necessidades especiais no ensino básico, no entanto, o suporte fornecido pelos professores nas salas de aula nem sempre atende de maneira adequada a essas necessidades. As salas de aula estão se tornando cada vez mais desafiadoras, e os professores precisam estar preparados para lidar com esta realidade (Silva; Silveira, 2020). Por isto, é necessário durante esta prática educativa, dar espaço para o diálogo docente, pois, são estes que estão imersos neste ambiente e possuem um olhar crítico e reflexivo para a realidade educacional, na construção de estratégias e intervenções que facilitem o processo de ensino aprendizagem.

Neste contexto, a maioria dos professores pesquisados possuem magistério e graduação em pedagogia, atuando a mais de cinco anos na área, e lecionando a mais tempo para o primeiro e terceiro ano do ensino fundamental.

Quando perguntado aos mesmos, com quantos alunos com necessidades especiais eles trabalham atualmente, 46% responderam que possuem 1 ou 2 alunos em sala de aula, e 53% responderam que trabalham cotidianamente com 3 ou mais, sendo em maior número (79%), portadora de transtornos globais de desenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), Deficiências Múltiplas (7,9%), Intelectual (5%), e Visual (7,9%) (Figura 1).

Figura 1: Tipos de deficiência encontradas em sala de aula.



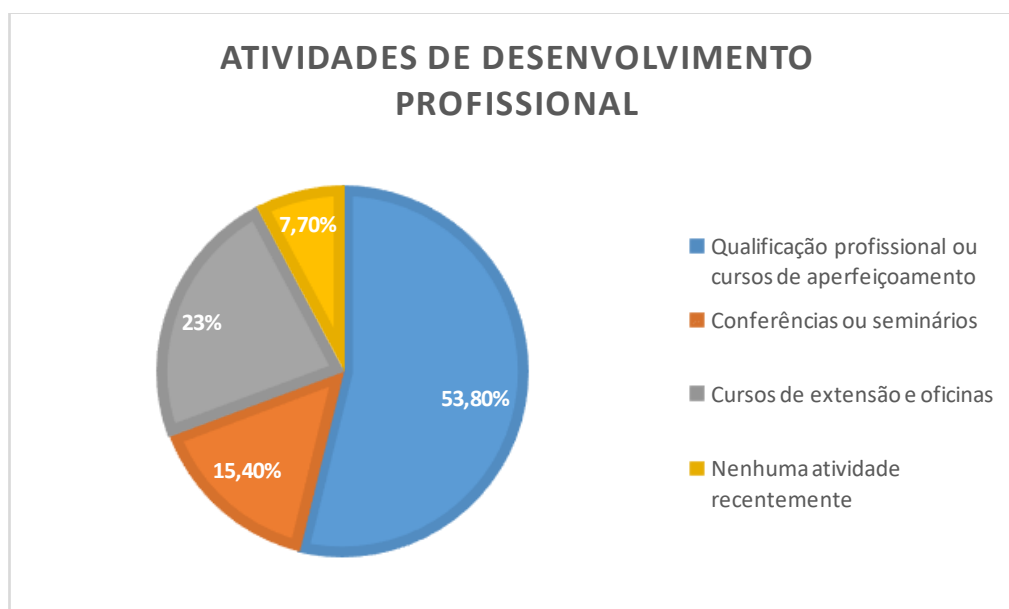
Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O professor ao compreender que sua profissão exerce um papel fundamental na formação de uma sociedade, deve construir sua identidade profissional pautada na coletividade e na aprendizagem contínua, revendo conceitos, significados e tradições que

atualmente não condizem com as novas metodologias de ensino. A formação continuada contribui de forma significativa para este desenvolvimento do conhecimento profissional, cujo um dos objetivos, seria de facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente elevando-a a uma consciência coletiva no ambiente educacional (Rodrigues; Lima; Viana, 2017).

Quando questionado se nos últimos 6 meses, os professores participaram de alguma atividade de desenvolvimento profissional, 53,8% responderam que participam de programa de qualificação profissional ou cursos de aperfeiçoamentos voltados para o ensino, 15% de seminários e conferências, 23% de cursos de extensão e oficinas, e 7,7% não participaram de nenhuma atividade recentemente (Figura 2).

Figura 2: Atividades de qualificação docente.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Apesar do alto número de participação de professores em atividades de desenvolvimento profissional, ainda existe uma grande resistência sobre o processo pedagógico, muitos se encontram despreparados para lidar com alunos com necessidades especiais.

Picoline e Flores (2024) afirmam que, “um dos grandes desafios dos cursos que formam professores é a elaboração de um currículo que venha desenvolver conhecimentos na atuação de uma cultura inclusiva e acessível a todos”. Muitos destes conhecimentos são estabelecidos sobre outras temáticas, não conseguindo abranger em sua totalidade uma grade

curricular de formação inclusiva. Assim, os docentes se sentem despreparados para lecionar e desenvolver estratégias metodológicas em sala de aula.

A elaboração de um planejamento pedagógico, é fundamental para garantir o bom andamento das atividades em sala de aula, pois, permite ao docente vislumbrar o funcionamento da disciplina à luz do projeto político pedagógico (PPP). Os planos de ensino são documentos elaborados que concretizam a etapa de planejamento, se tratando dos objetivos que se pretende alcançar, os conteúdos abordados, recursos e metodologias a serem utilizadas, avaliação e aprendizagem (Peixoto; Araújo, 2012).

Questionado se o planejamento pedagógico e escolar supre as necessidades de todos os alunos, a grande maioria dos professores assinalaram que não, pois as dificuldades estruturais, a falta de recursos, turmas superlotadas, carga horária e a sobrecarga se tornam um dos fatores limitantes ao se planejar atividades que levem em consideração as particularidades da criança com necessidade especial:

“Aplicar o planejamento pedagógico no dia a dia enfrenta várias dificuldades. A diversidade de alunos, com diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem, torna complicado criar um plano que atenda a todos.” (Professor P3)

“Não, infelizmente salas de aulas estão muito cheias nem sempre há trabalho diferenciado para pessoas com necessidades especiais.” (Professor P8)

Os professores enfrentam cotidianamente dificuldades no ambiente escolar, como a falta de formação específica para trabalhar com crianças com necessidades especiais, a falta de diagnóstico preciso dos alunos, ausência de estrutura física e recursos apropriados (Araújo, 2011). Para o professor P3 a falta de acessibilidade, ausência de recursos e subsídios necessários para o desenvolvimento das atividades, se tornam uma dificuldade frente a prática de inclusão no ambiente escolar:

“A falta de acessibilidade, recursos e subsídios necessários dificulta a inclusão no ambiente escolar porque impede a adaptação adequada das aulas e materiais às necessidades dos alunos. Sem esses elementos, torna-se difícil oferecer suporte individualizado, implementar estratégias diferenciadas e garantir que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e participação efetiva” (Professor P3)

A lei nº 10.098, estabelece normas e critérios básicos para supressão de barreiras e obstáculos nos espaços públicos, sejam elas de segurança e de acesso a informação e a comunicação, promovendo a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida. Dentre os recursos de acessibilidade contemplados pela escola, apenas corrimão e rampas de acesso são oferecidos no espaço, não possuindo piso táteis e nem

sinalizações sonora, tátil e visual, apesar de possuir alunos com deficiências intelectual, visual e múltiplas.

Semelhantemente, o artigo 53 da Constituição Federal (1988), destaca que a acessibilidade é um direito de todos, e deve garantir autonomia e o exercício da cidadania e participação social. No entanto, deve-se reconhecer que o conceito de acessibilidade vai além do aspecto arquitetônico, ocorre também de forma metodológica, instrumental, atitudinal e de comunicação. Quando não contemplada, impacta e dificulta a vivência da pessoa com deficiência em sociedade. (Dalcus; Berselli, 2020)

Apesar dos obstáculos e dificuldades, os aspectos estruturais não devem ser o fator primordial a impedir que a inclusão ocorra nos espaços escolares. Encontrar maneiras e estratégias para desenvolver atividades pedagógicas e didáticas se tornam uma maneira proveitosa, amenizando as barreiras impostas e significando o processo de ensino aprendizagem.

Para Souza e Bringel (2023), a maioria das escolas do Brasil não estão preparadas para acolher e receber alunos com necessidades especiais, porém, se somente esperar que os fatores estruturais sejam solucionados, a inclusão escolar não acontece. A aprendizagem inclusiva para os alunos requer além do espaço físico, necessita-se conjuntamente de adaptação curricular, apoio pedagógico, colaboração, promoção da inclusão social e formação contínua de professores.

Através da pesquisa pode-se constatar que, cotidianamente os professores enfrentam desafios ao lecionar, elaborar, organizar ou produzir recursos pedagógicos para crianças com necessidades especiais. Isto pode ser expresso nas falas dos professores P4 e P13:

“Organizar e produzir os recursos de forma individual sem apoio de todos envolvidos. Pois na maioria das vezes temos várias crianças com especialidades especiais diferenciadas em uma mesma sala”. (Professor P4)

“A falta de equipamentos digital, computador, impressora e internet para se trabalhar com atividades adaptadas dentro da matriz curricular, portanto, se torna muito difícil para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem desse aluno”. (Professor P13)

Segundo Oliveira (2014), é preciso escutar o professor, pois, é ele que acompanha o aluno, norteia, elabora e desenvolve o conhecimento, faz parte ativamente do processo pedagógico. Enfrenta cotidianamente as dificuldades de aprendizagem, a falta de subsídios e suporte, e principalmente sabe como adequar os conhecimentos prévios dos estudantes aos conteúdos curriculares da escola. O docente também necessita se manter motivado, atento e disposto a caminhar frente às exigências da sociedade.

A motivação do corpo docente no ambiente de trabalho, é elemento fundamental para a produtividade e eficiência destes profissionais. Tornando-se importante para promoção do bem-estar, da gestão educacional, no desempenho de atividades e projetos. Possuir um educador motivado, comprometido e engajado influencia diretamente no processo de ensino-aprendizagem, e se torna também um fator determinante na escolha e permanência da carreira, sendo fundamental para a formação contínua. (Rodrigues et al, 2017)

Buscar novas metodologias de ensino são uma maneira flexível de suprir a ausência de recursos tecnológicos e especializados dentro do ambiente escolar, abandonando velhas práticas e se reestabelecendo sob novas concepções e estratégias que possibilitem um ensino mais autônomo, atrativo e dinâmico. Em consonância, Olivieri e Zampin (2024) fomentam que, implementar novos métodos de ensino em sala de aula representa uma mudança em relação ao modelo tradicional e conteudista, que se baseia na transmissão de conhecimento de forma hierárquica, do professor para o aluno. Segundo o professor P12, “atividades mais lúdicas e jogos educativos, são uma boa ferramenta para se trabalhar em sala de aula, observando e respeitando as particularidades de cada aluno”.

O professor como mediador do processo de aprendizagem e inclusão em sala, deve ser um dos maiores incentivadores, respeitando o tempo-espço do seu aluno, sobretudo da criança com necessidades especiais. Silva (2020) concorda com esta perspectiva quando afirma que, para motivar o indivíduo e favorecer seu crescimento e inclusão, é fundamental sugerir atividades que sejam agradáveis, desafiadoras e significativas, capazes de despertar o interesse e promover a socialização. As atividades lúdicas se revelam como uma ótima ferramenta pedagógica para o desenvolvimento inclusivo.

As metodologias ativas também são grandes aliadas ao se pensar, elaborar e produzir aulas que levem em consideração o contexto ao qual a criança está inserida. Alguns autores estabelecem que, são métodos que comumente podem serem utilizados pelos professores, pois, respeitam a diversidade de estilos de aprendizagem, de formas de expressão e representação. Aliadas a outros recursos de acessibilidade, permitem que alunos com deficiência se envolvam com o conteúdo de forma mais funcional e significativa. (Matos et al, 2023). O professor P6, fomenta isso quando afirma que:

“Utilizo metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em problemas, que envolve os alunos na construção do conhecimento de maneira prática e significativa. Também aplico atividades interativas, como jogos educativos e dinâmicas de grupo, para engajar todos os alunos e promover a colaboração”
(Professor P6)

As ações que favorecem a aprendizagem dos estudantes e que contempla os conteúdos curriculares são chamadas de práticas pedagógicas. Essas ações inserem-se em um extenso e abrangente processo social. Além disso, possuem uma importância educativa que vai além do ambiente escolar, influenciando também as interações sociais que promovem aprendizagens e dão origem ao ato educativo (Lima; Rocha, 2018).

Para que os docentes consigam desenvolver um ensino de qualidade, é preciso refletir também sobre estas práticas pedagógicas e docentes como percursores do desenvolvimento da cultura inclusiva, buscando soluções e estratégias que amenizem as lacunas encontradas. A grande maioria dos professores ao responder o questionário, trouxeram conceitos como políticas públicas, recursos tecnológicos e didáticos, adaptação na carga horaria, maior participação da comunidade escolar e formação continuada.

“Está trazendo para dentro da escola cursos de aperfeiçoamento, oficinas, palestras que venha orientar de forma mais prática todos profissionais a melhor maneira de trabalhar com nossos alunos com deficiência” (Professor P2)

“Investir em formação continuada para os professores, com treinamentos focados em estratégias inclusivas e uso de tecnologias assistivas. Garantir recursos e materiais adaptados, como livros em braile, softwares educativos e equipamentos de apoio. Por fim, é crucial ajustar a carga horária dos professores para permitir mais tempo para o planejamento e adaptação das atividades” (Professor P9)

É necessário também uma mudança na postura docente, olhar para o aluno como um ser capaz e dotado de habilidades e competências, independentemente de sua condição física, social e emocional. Henklain e Carmo (2013), o mesmo deve ser um facilitador e articulador da aprendizagem, acolhendo as diferenças e reconhecendo que cada estudante aprende de uma forma única, tem um contexto próprio e precisa ser reconhecido como indivíduo. O professor P9 desenvolve esta concepção ao afirmar que: “deve haver uma mudança de postura em relação ao professor, acreditar que o estudante tem condições de aprender, respeitando o nível de conhecimento de cada um”

Compreende-se que o ensino público passa por várias nuances, dificuldades e limitações, principalmente sob a escassez de materiais, ausência de estruturas físicas e emocionais, e falta de participação ativa dos pais sob a vivência escolar. Situações que na maioria das vezes, não dependem apenas do professor, são ações que envolvem políticas públicas, família e a gestão escolar e municipal.

Silva e Miguel (2020), asseguram que a educação se desenvolve com o apoio de todos na contribuição com o ensino e aprendizagem, uma vez que, o compromisso com uma

educação de qualidade e eficaz, como o aluno no centro do conhecimento, é tarefa não só do professor, mas da família, comunidade, da sociedade e do estado.

A inclusão educacional almejada é aquela que reconhece e valoriza as diferenças, que enxerga o aluno em sua totalidade e integra sua cultura ao ambiente escolar. Esse tipo de inclusão incentiva a elaboração de práticas pedagógicas que promovam uma abordagem comprometida, capaz de transformar o aprendizado em algo crítico, reflexivo e criativo. Além disso, propõe a criação de políticas de inclusão inovadoras, assegurando a participação de todos os alunos. Essa visão se distoia da inclusão que segrega pessoas com deficiências, apenas enfatizando suas limitações para tentá-las integrar ao chamado ensino "regular". (Mattos, 2012)

Por esta razão, é fundamental que o processo educacional sejam políticas críticas, democráticas e inclusivas de modo que o corpo docente e a gestão, estabeleça práticas pedagógicas construtivas e colaborativas, fazendo com que o aluno se sinta parte do ambiente escolar, e não apenas um receptor de informações. Um indivíduo ativo e social, repleto de conhecimento e habilidades a serem desenvolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições de ensino públicas estão comumente inseridas em um sistema interligado, que ao longo do tempo as colocou em uma situação de submissão administrativa, funcional e pedagógica, com suas liberdades limitadas e submetidas a ordens superiores. No que diz respeito aos docentes, sua liberdade de ação, foram por muitos anos, restringida às atividades internas das salas de aula, através do ensino conteudista. Essa situação, impossibilitou o progresso de iniciativas coletivas que se comprometessem com o Atendimento Educacional Especializado, necessário para a formação de cada aluno.

Através dos resultados obtidos, foi possível compreender que atualmente os problemas estruturais, pedagógicos e a falta de formação continuada são algumas das limitações que dificultam as práticas de inclusão no ambiente escolar. Por mais que os esforços docentes sejam ações diárias e essenciais, mas não são unicamente independentes no cenário educacional. Para que uma escola pratique a cultura inclusiva, as ações devem ocorrer de forma conjunta e colaborativa, contando com a participação de todos os autores que permeiam o cenário educacional: administradores políticos, gestores, professores, familiares e membros da comunidade em geral.

Portanto, é preciso romper com essa barreira do ensino tradicional, que impede a integração da pessoa com deficiência do processo educacional. É necessário construir estratégias pedagógicas, promover o ensino continuado para os professores, fomentar a reflexão e debates com a comunidade escolar, respeitar as necessidades individuais de cada aluno e adequar os conteúdos e atividades para que os mesmos se sintam parte do processo de ensino-aprendizagem, fazendo valer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), garantindo que todos, independentemente de suas condições, tenham acesso a socialização e ao desenvolvimento de habilidades e competências.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. (Org.). **Educação inclusiva: A escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v. 4, 2004.
- ARAÚJO. M. L. F. de. **Dificuldades e enfrentamentos dos docentes no processo de inclusão**. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão) - Faculdade UAB/UNB, Universidade de Brasília. Brasília, p. 44, 2011.
- BARROS, A. J. P; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. 2ª ed. ampliada. São Paulo: Makron Books, p. 134. 2000.
- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>
- BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dez. de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da república.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.
- DALCUL, A; BERSELLI, M. Acessibilidade no ambiente escolar: problemas e desafios baseados na observação de escolas em Santa Maria/RS. **Revista Extensão em Foco**. Palotina, n. 21, p. 1-17, ago./dez. 2020.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2024.
- DIAS, E. E. de A.; FERRAZ, J. T. B da S.; SILVA, M. D. C. **Educação Inclusiva: a prática docente como ferramenta fundamental para a inclusão**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC. Minas Gerais, p.15. 2021.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

- HENKLAIN, M. H. O.; CARMO, J. dos S. Contribuições da análise do comportamento à educação: um convite ao diálogo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 704-723, 2013.
- LAVARDA, E. S.; KÖNIG, F. R.; BRIDI, F. R. de S. Práticas pedagógicas e formação docente: reflexões sobre a Educação Inclusiva a partir de uma revisão sistemática. **Revista Educação Especial em Debate**. v. 7, n. 13, p. 05-24. jan./jun. 2022.
- LIMA, S. de F. B.; ROCHA, E. F. Inclusão e prática pedagógica: a ação docente junto aos alunos com deficiência. **Cadernos CERU**, v. 29, n. 1, p. 141-174, jul. 2018.
- MATOS, M. L. F.; CRUZ, M. L. O. da; ANDRADE, N. V. M. de; ARAÚJO, S. M. G. Metodologias Ativas no Processo Ensino-Aprendizagem na Educação Especial. **Revista Científica FESA**, v. 3, n. 11, p. 49-64, 2023.
- MATTOS, S. M. N. de;. Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares. **Educar em Revista**. Curitiba, n.44. p. 217-233, abr./jun. 2012.
- OLIVIERI, C. E.; ZAMPIN, I. C. A importância das aplicações das metodologias ativas em sala de aula. **Revista Educação em Foco**, v. 1 n. 16, p. 01-19, 2024.
- OLIVEIRA, W. M. **Uma Abordagem sobre o papel do professor no processo Ensino/Aprendizagem**. Inesul, Londrina, p. 01 - 12, 30 jan. 2014.
- PEIXOTO, L. V de A.; ARAUJO, M. da S. G de. Planejamento pedagógico: aspectos relevantes à prática docente. **Revista Científica do IFAL**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2012
- PIMENTEL, S. C.; NASCIMENTO, Lucinéia J. A construção da cultura inclusiva na escola regular: uma ação articulada pela equipe gestora. **EccoS -Revista Científica**, [S. l.], n. 39, p. 101-114, 2016.
- PICOLINE, B. R. A.; FLORES, M. M. L. A formação de professores para atuação com os alunos público alvo da educação especial. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v.13, n. 1, p. 119 – 137, jan. 2024.
- RODRIGUES, J. G.; FIRMINO, I. K. S.; FARIA, G. G. G. de. Pesquisa Qualitativa na Educação: um relato de estudos no âmbito da iniciação científica. In: MOARES, M. G.; SILVA, N. M. da G. (org.) **Universidade, formação docente e educação básica: desafios e perspectivas para um diálogo necessário**. Goiânia: ELEB – Encontro de Licenciaturas e Educação Básica. Universidade Federal de Goiás, p. 230-237, 2019.
- RODRIGUES, C. M. L, et al. Motivação e docência no ensino especial: um estudo com professoras do distrito federal. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 57, p. 27-39, 2017.
- RODRIGUES, P. M. L; LIMA, W. dos S. R.; VIANA, M. A. P. A importância da formação continuada de professores da Educação básica: a arte de ensinar e o fazer cotidiano. **RevistaSaberes Docentes em Ação**, v. 3, n. 1, p. 28-47, set. 2017.
- SILVA, B. M. D. C. da; PEDRO, V. I. D. C; JUSUS, Eliane M.Educação Inclusiva. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, v. 1. n. 99, p. 01-11. Jan 2016.
- SILVA, N. C.; CARVALHO, Beatriz G. E. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 2, p. 293-308, 2017.
- SILVA, V. S. D. da. O lúdico como recurso metodológico na inclusão de alunos com deficiência intelectual no Ensino Fundamental. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 20, jun. 2020.

SILVA, C. N. da.; MIGUEL, J. R. Práticas Pedagógicas na Formação Docente. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v.14, n. 51 p. 703-715, jul. 2020.

SILVA, E. G. da R.; SILVEIRA, H. M. V. da. Capacidade ou deficiência: o que olhar no aluno incluso? **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 2, 14 de jan. de 2020.

SOUZA, J. **6 dicas para garantir a inclusão na escola**. Postado em: 10 de maio de 2017. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1804/blog-na-direcao-certa-6-dicas-para-garantir-a-inclusao-na-escola>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SOUZA, D. C. de;. BRINGEL, M. F. A. Educação Inclusiva: Principais Dificuldades no Processo de Ensino e Aprendizagem no Ambiente Escolar. **Revista psicologia**, v. 17, n. 68, p. 460-472, Out. 2023.